

1 **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
2 **DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO**
3 **RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO,**
4 **REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2025, DE FORMA PRESENCIAL NA RUA**
5 **DA QUITANDA, Nº 185, 5º ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ.** Aos dias
6 vinte e cinco de junho de 2025 foi realizada a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho
7 de Administração (CA) da AGEVAP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº
8 05.422.000/0001-01 e sediada na Avenida Luiz Dias Martins, nº 73, Piso Superior,
9 Lojas 14 e 15, Parque Ipiranga, Resende/RJ, CEP: 27.516-245, verificando-se
10 quórum a partir da presença dos membros do Conselho de Administração: Sr. Jaime
11 Teixeira Azulay, Sr. Adelfran Lacerda de Matos, Sr. Dirceu Miguel Falce, Sr. Luiz
12 Mário de Azevedo Concebida e o Sr. Nazem Nascimento. Também estavam
13 presentes, a Diretora-Presidente Interina da AGEVAP, Sra. Aline Raquel de
14 Alvarenga, a Diretora-Executiva Interina - Unidade Resende, Sra. Rejane Monteiro
15 da Silva Pedra, a Controladora da AGEVAP, Sra. Rayssa Duarte da Silva, o
16 Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Dr.
17 José Alexandre Maximino, o Coordenador da Assessoria Jurídica – AGEVAP, Dr.
18 Edson Brasil de Matos Nunes e o membro da Assessoria Jurídica da AGEVAP, Sr.
19 Yago Freitas Chaves Lima. Iniciada a reunião às 10 horas, o Presidente do Conselho
20 de Administração, Jaime Teixeira Azulay, abriu a reunião e deu início aos trabalhos
21 agradecendo a presença de todos. Em seguida, apresentou a ordem do dia. **Ordem**
22 **do Dia: 1. Aprovação da Pauta. 2. Aprovação da ata da reunião anterior: 2.1.**
23 **Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração - 26.03.2025. 3.**
24 **Apresentação das Atividades da Diretoria da AGEVAP - Janeiro a Maio de 2025.**
25 **4. Apresentação de Contratos vigentes na AGEVAP e AGEDOCE. 5. Proposta**
26 **de TAC MPE-RJ - Águas de Nova Friburgo e CBH Rio Dois Rios. 6. Participação**
27 **da AGEVAP no Chamamento Público no 01/2025 - SEMAD - Goiás. 7.**
28 **Atualizações sobre o Processo Seletivo para contratação do novo Diretor**
29 **Presidente da AGEVAP. 8. Demandas de Aquisição de Bens Patrimoniais. 9.**
30 **Avanços no desenvolvimento da Associação de Entidades Delegatárias. 10.**
31 **Indicação de membro para compor a Diretoria pela Presidência. 11.**
32 **Comunicações à Ouvidoria - Histórico e Tratamento. 1. Aprovação da Pauta.** O
33 Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jaime Teixeira Azulay apresentou os
34 itens da pauta e em seguida, considerando a agenda do Promotor de Justiça do
35 Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Dr. José Alexandre

36 Maximino, o Presidente solicitou a inversão da ordem dos itens para que fosse
37 tratado, inicialmente, o item 5 – Proposta de TAC MPE-RJ – Águas de Nova Friburgo
38 e CBH Rio Dois Rios. Na sequência, o Conselheiro da AGEVAP, Sr. Adelfran
39 Lacerda de Matos, também solicitou a inversão da ordem para que o item 11 –
40 Comunicações à Ouvidoria: Histórico e Tratamento e o item 10 – Indicação de
41 membro para compor a Diretoria pela Presidência, fossem apreciados logo após o
42 item 8 – Demandas de Aquisição de Bens Patrimoniais. As solicitações foram
43 devidamente aprovadas por unanimidade pelos Conselheiros, estabelecendo assim
44 a nova ordem do dia: **Ordem do Dia: 1. Aprovação da Pauta. 2. Aprovação da ata**
45 **da reunião anterior: 2.1. Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho de**
46 **Administração - 26.03.2025. 3. Proposta de TAC MPE-RJ - Águas de Nova**
47 **Friburgo e CBH Rio Dois Rios. 4. Apresentação das Atividades da Diretoria da**
48 **AGEVAP - Janeiro a Maio de 2025. 5. Apresentação de Contratos vigentes na**
49 **AGEVAP e AGEDOCE. 6. Participação da AGEVAP no Chamamento Público no**
50 **01/2025 - SEMAD - Goiás. 7. Atualizações sobre o Processo Seletivo para**
51 **contratação do novo Diretor Presidente da AGEVAP. 8. Demandas de Aquisição**
52 **de Bens Patrimoniais. 9. Comunicações à Ouvidoria - Histórico e Tratamento.**
53 **10. Indicação de membro para compor a Diretoria pela Presidência. 11.**
54 **Avanços no desenvolvimento da Associação de Entidades Delegatárias. 2.**
55 **Aprovação da ata da reunião anterior: 2.1. Ata da 2ª Reunião Ordinária do**
56 **Conselho de Administração - 26.03.2025.** O Presidente do Conselho de
57 Administração, Sr. Jaime Teixeira Azulay apresentou o item de pauta e, não havendo
58 manifestações contrárias, a ata foi aprovada sem alterações. **3. Proposta de TAC**
59 **MPE-RJ – Águas de Nova Friburgo e CBH Rio Dois Rios.** O Presidente do
60 Conselho de Administração, Sr. Jaime Teixeira Azulay, apresentou o item de pauta,
61 iniciando com agradecimentos pela presença do Promotor de Justiça do Ministério
62 Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Dr. José Alexandre Maximino. Em
63 seguida, apresentou os membros da equipe da AGEVAP presentes na reunião e na
64 sequência, concedeu a palavra à Diretora-Presidente Interina da AGEVAP, Sra. Aline
65 Raquel de Alvarenga, e à Diretora-Executiva Interina da Unidade Resende, Sra.
66 Rejane Monteiro da Silva Pedra, para as devidas explanações sobre o tema. A
67 Diretora-Presidente Interina da AGEVAP, Sra. Aline Raquel de Alvarenga, iniciou sua
68 fala contextualizando que, no momento em que a proposta do TAC MPE-RJ – Águas
69 de Nova Friburgo e CBH Rio Dois Rios chegou à AGEVAP, encontrava-se em
70 período de férias, sendo então substituída na presidência pela Diretora-Executiva

71 Interina da Unidade Resende, Sra. Rejane Monteiro da Silva Pedra. Em sua
72 manifestação, sugeriu que alguns pontos ainda precisam ser discutidos,
73 especialmente no que se refere à definição de um suporte institucional adequado
74 para que a AGEVAP possa atender às demandas decorrentes dos TACs. Ressaltou
75 que, embora a proposta seja bastante interessante, será necessário construir
76 alternativas que possibilitem esse atendimento. A Diretora-Executiva Interina da
77 Unidade Resende, Sra. Rejane Monteiro da Silva Pedra, comentou que esse
78 assunto foi abordado em reunião anterior, destacando que a AGEVAP opera com
79 uma equipe reduzida, o que pode limitar a capacidade de operacionalizar os
80 recursos recebidos. O Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio
81 de Janeiro (MPRJ), Dr. José Alexandre Maximino, fez uso da palavra para agradecer
82 o convite e destacou a importância do momento. Informou que compartilhou a pauta
83 abordada com o grupo da ABRAMPA – Associação Brasileira dos Membros do
84 Ministério Público de Meio Ambiente – e que houve grande interesse por parte dos
85 colegas, especialmente porque muitos promotores, ao lidarem com ações
86 ambientais, por vezes caminham para a compensação ou da reparação de danos,
87 abrangendo tanto o dano remediado quanto o dano intercorrente via indenização.
88 Ressaltou, ainda, que essas indenizações, em suas diferentes modalidades, nem
89 sempre são revertidas diretamente para a mesma bacia hidrográfica onde o dano
90 ocorreu, o que gera uma preocupação recorrente. Nesse sentido, destacou que
91 iniciativas como a do caso de Votorantim, no qual também atuou, e o atual de Nova
92 Friburgo, pode ser interessante para o Ministério Público justamente por adotar um
93 modelo de reversão da medida compensatória para a própria bacia hidrográfica
94 impactada. Segundo ele, esse modelo tem se mostrado positivo por permitir a
95 recuperação dos serviços ecossistêmicos no próprio local do dano, o que fortalece
96 significativamente a efetividade da reparação ambiental. Destacou que tem
97 observado um movimento dentro do Ministério Público no sentido de incentivar esse
98 tipo de prática, e que a percepção é de que os próprios Comitês de Bacia também
99 enxergam essa diretriz com bons olhos. Ressaltou a importância de que esses
100 temas sejam levados ao conhecimento do Ministério Público, justamente para que
101 os promotores compreendam as limitações enfrentadas pelos Comitês e pela
102 entidade delegatária na operacionalização das medidas. Reconheceu essas
103 dificuldades e elogiou o trabalho da AGEVAP, apontando que a instituição tem se
104 tornado uma referência na área, o que, segundo ele, deverá naturalmente resultar
105 em um aumento do esforço da equipe técnica. Por fim, enfatizou a relevância de que

106 os promotores, no momento da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta
107 (TACs), estejam cientes dessas dinâmicas e das capacidades de execução locais,
108 de modo a garantir que os compromissos assumidos sejam viáveis e eficazes na
109 aplicação das medidas compensatórias. A Diretora-Presidente Interina da AGEVAP,
110 Sra. Aline Raquel de Alvarenga, reiterou a fala do Promotor e ressaltou que a
111 principal questão reside na necessidade de contar com um profissional que atue de
112 forma conjunta, e que a AGEVAP tenha condições de utilizar esse profissional para
113 reforçar e apoiar a equipe técnica na execução dos Termos de Ajustamento de
114 Conduta (TACs). Na sequência, o Conselheiro da AGEVAP, Sr. Adelfran Lacerda de
115 Matos, fez uso da palavra e destacou que, com base no Estatuto e no Regimento
116 Interno da AGEVAP, o respaldo para esse tipo de atuação estaria previsto no Manual
117 de Ética da entidade. Segundo ele, o documento contempla diretrizes de
118 relacionamento institucional da Diretoria com o Poder Judiciário e com o Ministério
119 Público, prevendo, inclusive, a possibilidade de parcerias e contribuições efetivas
120 com o MP. Contudo, o Conselheiro pontuou que essa é a única referência formal
121 existente no arcabouço normativo da AGEVAP que poderia justificar tal atuação. O
122 Conselheiro da AGEVAP, Sr. Luiz Mário de Azevedo Concebida, comentou que o
123 Conselho esteve recentemente em um evento realizado em Colatina/ES, voltado ao
124 debate sobre o extenso acordo do Rio Doce. Destacou que, naquela região, estão
125 estabelecidas diversas prerrogativas formais e operacionais, e sugeriu que esses
126 modelos podem servir como referência ou padrão para outras iniciativas
127 semelhantes. Fazendo um adendo à fala do Conselheiro Luiz Mário, o Conselheiro
128 da AGEVAP, Sr. Adelfran Lacerda de Matos, informou que está em andamento um
129 movimento interno, com apoio e liderança do Coordenador da Assessoria Jurídica
130 da AGEVAP, Dr. Edson Brasil de Matos Nunes, voltado à criação de uma Associação
131 Nacional de Entidades Delegatárias. Segundo ele, esse instrumento permitirá a
132 viabilização de diretrizes e práticas que poderão ser disseminadas para outras
133 unidades da federação, o que facilitará a normatização tanto de forma geral quanto
134 adaptada às especificidades territoriais. Acrescentou, ainda, que a Agência Nacional
135 de Águas e Saneamento Básico (ANA) já foi informada sobre a iniciativa, que tem
136 por objetivo conferir maior organicidade às ações das entidades delegatárias em
137 todo o país. O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jaime Teixeira Azulay,
138 ressaltou a importância da criação da Associação Nacional de Entidades
139 Delegatárias como instrumento estratégico para fortalecer e dar representatividade
140 ao segmento em âmbito nacional. Destacou, ainda, que irá alinhar futuramente com

141 os conselheiros, com a Diretoria e com a Assessoria Jurídica da AGEVAP a
142 possibilidade de se instituir, por meio de uma modificação na estrutura
143 organizacional da entidade, uma área específica, como um centro de custo, voltada
144 exclusivamente ao atendimento dessas demandas. Essa proposta foi reforçada pela
145 Diretora-Presidente Interina da AGEVAP, Sra. Aline Raquel de Alvarenga, que
146 reiterou que a ideia é que, nos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), já
147 estejam previstas contrapartidas que viabilizem a atuação da entidade, garantindo
148 os meios necessários para sua plena execução. A Diretora-Executiva Interina da
149 Unidade Resende, Sra. Rejane Monteiro da Silva Pedra, complementou destacando
150 que, na data anterior, a AGEVAP apresentou no Fórum Estadual o caso da
151 Votorantim como um caso de sucesso. Nesse caso, o comitê de bacia conseguiu
152 alavancar recursos adicionais ao apresentar uma fonte complementar de
153 financiamento, uma vez que os valores provenientes da cobrança pelo uso da água
154 não seriam suficientes para realizar todas as ações previstas no plano de bacia.
155 Essa articulação possibilitou a execução de mais iniciativas do que seria possível
156 com os recursos ordinários, sendo reconhecida como uma prática exitosa. Reforçou,
157 ainda, que qualquer instrumento que a AGEVAP precise assinar, conforme já
158 abordado em reunião anterior, deve ser previamente submetido ao Conselho de
159 Administração e após essa etapa, é criado o centro de custo correspondente, sendo
160 prevista a devida prestação de contas tanto na esfera financeira quanto técnica, com
161 o objetivo de manter a transparência e a qualidade na execução das ações. O
162 Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Dr.
163 José Alexandre Maximino, destacou a possibilidade de articulação com os
164 coordenadores dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, além de
165 mencionar que, diante do movimento nacional já em curso, seria possível dialogar
166 com membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o intuito de
167 institucionalizar esse modelo de atuação e fomentar diretrizes que fortaleçam a
168 integração entre as entidades delegatárias e o MP. O Conselheiro da AGEVAP, Sr.
169 Luiz Mário de Azevedo Concebida, complementou informando que diversas
170 fundações já atuam de formas semelhantes, muitas delas em conexão direta com o
171 Ministério Público, prestando serviços dessa natureza de forma consolidada, o que
172 evidencia a viabilidade e segurança jurídica dessa atuação. Nesse contexto, o
173 Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. Jaime Teixeira Azulay,
174 solicitou o apoio do Promotor na criação da Associação Nacional de Entidades
175 Delegatárias, ressaltando a importância desse suporte institucional para fortalecer a

176 proposta. O Promotor José Alexandre Maximino prontamente se colocou à
177 disposição para levar o tema ao CNMP, enfatizando a capilaridade da AGEVAP
178 como um fator relevante para subsidiar futuras orientações normativas e
179 estratégicas aos membros do Ministério Público em todo o território nacional. O
180 Conselheiro da AGEVAP, Sr. Nazem Nascimento, complementando o debate,
181 ressaltou que um ponto crucial a ser considerado é a fragilidade à qual a AGEVAP
182 pode estar sujeita durante eventuais auditorias. Diante disso, enfatizou a
183 necessidade de eliminar essa margem de fragilidade, conferindo segurança jurídica
184 e institucional à atuação da entidade, de modo a assegurar a qualidade das
185 agências e preservar a credibilidade da AGEVAP e do Ministério Público, garantindo
186 que não haja qualquer impedimento para a continuidade dos projetos. Por fim,
187 pontuou que, até o momento, a AGEVAP nunca enfrentou problemas com auditorias,
188 mas que a simples possibilidade de interpretações divergentes já representa um
189 risco que precisa ser mitigado, de forma a garantir a exequibilidade das ações
190 pactuadas. O Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
191 (MPRJ), Dr. José Alexandre Maximino, concordou com a preocupação apresentada
192 e ressaltou que, inclusive no âmbito do próprio Ministério Público, muitas vezes a
193 interpretação sobre a natureza dos recursos utilizados pode variar entre os
194 promotores. Acrescentou que, com o apoio do Conselho Nacional do Ministério
195 Público (CNMP), e considerando o nome já consagrado da AGEVAP, é possível
196 avançar nesse sentido, especialmente diante da existência do Fundo Nacional de
197 Direitos Difusos, que, segundo ele, tem gerado insatisfação entre os promotores
198 devido à dificuldade de acesso e efetividade. Destacou ainda que os fundos
199 estaduais também estão, em sua maioria, emperrados, o que tem motivado o
200 Ministério Público a estimular que o Sistema Estadual de Gerenciamento de
201 Recursos Hídricos e o Sistema Nacional passem a contar com fontes de recursos
202 que possam alavancar a política estadual e seus instrumentos. Contudo, reconheceu
203 que muitas vezes não se consegue alcançar essa visão por parte dos gestores.
204 Diante desse cenário, o Promotor se comprometeu a procurar a Coordenadora de
205 Meio Ambiente do CNMP com esse encaminhamento para apresentar a situação e
206 contribuir com esse diálogo. O Conselheiro da AGEVAP, Sr. Nazem Nascimento,
207 ressaltou que a AGEVAP se coloca à disposição para interagir com o Conselho
208 Nacional do Ministério Público (CNMP), reconhecendo que a participação
209 institucional do junto à Promotoria, CNMP, ANA e ao INEA, fortalece e respalda as
210 ações desenvolvidas pela AGEVAP. Destacou que essa articulação conjunta

211 contribuiria diretamente para eliminar a fragilidade anteriormente mencionada,
212 oferecendo maior segurança jurídica, transparência e legitimidade às iniciativas.
213 Encerrando o item de pauta, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jaime
214 Teixeira Azulay, reforçou os pontos debatidos, destacando a relevância da parceria
215 com o Ministério Público para o fortalecimento das ações da AGEVAP,
216 especialmente na construção de soluções institucionais que tragam maior segurança
217 e efetividade à execução dos projetos e à aplicação dos recursos. Agradeceu, de
218 forma especial, a participação do Promotor de Justiça do MPRJ, Dr. José Alexandre
219 Maximino, pela disponibilidade, pelas contribuições e pelo comprometimento
220 demonstrado em apoiar a institucionalização das iniciativas apresentadas. **4.**
221 **Apresentação das Atividades da Diretoria da AGEVAP – Janeiro a Maio de**
222 **2025.** O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jaime Teixeira Azulay,
223 apresentou o item de pauta e concedeu a palavra à Diretora-Presidente Interina da
224 AGEVAP, Sra. Aline Raquel de Alvarenga. A Diretora-Presidente Interina da
225 AGEVAP, Sra. Aline Raquel de Alvarenga, conduziu a apresentação das atividades
226 desenvolvidas pela Diretoria no período de janeiro a maio de 2025. Foram expostas
227 as principais ações, avanços e desafios enfrentados, bem como os resultados
228 obtidos no âmbito da gestão institucional e operacional da Associação. Após a
229 apresentação, foram realizados os devidos esclarecimentos sobre os pontos
230 levantados pelos conselheiros, e, não havendo mais questionamentos, a
231 apresentação foi aprovada. **5. Apresentação de Contratos vigentes na AGEVAP e**
232 **AGEDOCE.** O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jaime Teixeira Azulay,
233 apresentou o item de pauta e concedeu a palavra à Controladora da AGEVAP, Sra.
234 Rayssa Duarte da Silva. A Controladora esclareceu que essa demanda surgiu a
235 partir de uma solicitação do próprio Conselho, tendo contado com o suporte direto
236 do Presidente Jaime Azulay para sua execução. Informou, ainda, que o envio das
237 informações será realizado periodicamente aos conselheiros, de forma a garantir
238 maior transparência e acompanhamento das contratações. Na ocasião, apresentou
239 a planilha e o painel em Business Intelligence (BI), explicando que o projeto teve
240 início com o objetivo de acompanhar os vencimentos contratuais, identificar o status
241 de cada contratação vigente e consolidar essas informações em um controle
242 centralizado. Ressaltou que esse sistema de monitoramento encontra-se em fase de
243 desenvolvimento e aprimoramento contínuo, sendo estruturado com base nas
244 experiências práticas e nas demandas identificadas ao longo do processo. Após
245 esclarecer todos os questionamentos formulados pelos conselheiros que, por sua

246 vez, elogiaram a qualidade da planilha e a funcionalidade do BI apresentado, não
247 havendo manifestações adicionais, a apresentação foi aprovada. **6. Participação da**
248 **AGEVAP no Chamamento Público nº 01/2025 – SEMAD – Goiás.** O Presidente do
249 Conselho de Administração, Sr. Jaime Teixeira Azulay, apresentou o item de pauta e
250 concedeu a palavra à Controladora da AGEVAP, Sra. Rayssa Duarte da Silva. A
251 Controladora esclareceu que a seleção refere-se à escolha de uma entidade que
252 atuará como gestora de um mecanismo operacional e financeiro, denominado MOF,
253 responsável pela administração de três fundos: o Fundo de Compensação Ambiental
254 – FCA, o Fundo de Conversão de Multas – FCM e o Fundo de Recursos Hídricos –
255 FRH. Informou que a AGEVAP foi classificada como a melhor colocada no processo
256 seletivo, que atualmente se encontra na fase de apresentação de recursos.
257 Esclareceu sobre o plano de trabalho apresentado e os desafios a serem
258 enfrentados nessa atividade. A Sra. Aline Raquel de Alvarenga destacou que,
259 embora a AGEVAP tenha alcançado a primeira colocação, alguns atestados
260 apresentados pela instituição não foram devidamente pontuados, o que motivou a
261 interposição de recurso por parte da instituição, com o objetivo estratégico de manter
262 a pontuação máxima e garantir a liderança no certame. Após os devidos
263 esclarecimentos e não havendo manifestações adicionais, a participação da
264 AGEVAP foi oficialmente aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do
265 art. 19, inciso I, alínea 'b', do Estatuto Social da instituição. **7. Atualizações sobre o**
266 **Processo Seletivo para contratação do novo Diretor Presidente da AGEVAP.** O
267 Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jaime Teixeira Azulay, apresentou o
268 item de pauta referente às atualizações sobre o processo seletivo para contratação
269 do novo Diretor-Presidente da AGEVAP. Em seguida, concedeu a palavra ao
270 Conselheiro Sr. Dirceu Falce, que participou da sessão da Concorrência nº 05/2025,
271 realizada em 29/05/2025, destinada à seleção de empresa especializada
272 responsável por estruturar e conduzir o referido processo seletivo. O Conselheiro
273 destacou que decidiu participar da sessão com o objetivo de demonstrar que o
274 Conselho de Administração estava presente, atento e atribuindo a devida
275 importância a mais esse passo institucional da AGEVAP. Ressaltou, ainda, que o
276 certame foi muito bem conduzido pela equipe da AGEVAP, destacando a atuação do
277 Coordenador da Assessoria Jurídica, Dr. Edson Brasil de Matos Nunes, cuja
278 assessoria jurídica foi fundamental para garantir a lisura e a transparência de todo o
279 processo. Após sua fala, o Conselheiro Sr. Dirceu Falce passou a palavra à
280 Controladora da AGEVAP, Sra. Rayssa Duarte da Silva, que prestou

281 esclarecimentos adicionais sobre o certame. Ela informou que, na prática, duas
282 empresas participaram do certame, cujo critério de julgamento foi técnica e preço.
283 Ressaltou que, diante dos valores apresentados, foi necessária a realização de
284 diligência para análise da exequibilidade da proposta vencedora. A medida teve por
285 objetivo assegurar a viabilidade da contratação e a qualidade da execução do
286 processo seletivo, em consonância com os parâmetros técnicos estabelecidos pela
287 AGEVAP. Após os devidos esclarecimentos, e não havendo manifestações
288 adicionais, o assunto foi encerrado. **8. Demandas de Aquisição de Bens**
289 **Patrimoniais.** O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jaime Teixeira
290 Azulay, apresentou o item de pauta e passou a palavra à Diretora-Presidente
291 Interina, Sra. Aline Raquel de Alvarenga, que expôs as demandas de bens
292 constantes nas Cartas nº 100.106724.01.0064/2025/DI-AGEVAP,
293 125/2025/DI-AGEVAP, 126/2025/DI-AGEVAP, 127/2025/DI-AGEVAP e
294 201.037325.01.0177/2025. Após análise e os devidos esclarecimentos, as
295 demandas foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. **9.**
296 **Comunicações à Ouvidoria – Histórico e Tratamento.** O Presidente do Conselho
297 de Administração, Sr. Jaime Teixeira Azulay, apresentou o item de pauta e conduziu
298 a discussão sobre as comunicações recebidas pela Ouvidoria da AGEVAP. Foram
299 analisadas as manifestações anteriores e debatido o caso mais recente, referente a
300 nova denúncia. A Diretora-Presidente Interina, Sra. Aline Raquel de Alvarenga,
301 informou a instauração de processo interno para apuração dos fatos e a elaboração
302 de relatório. Após os esclarecimentos, o Conselho deliberou pelo
303 **ENCAMINHAMENTO** do caso ao Conselho de Ética da AGEVAP para emissão de
304 parecer consultivo, com posterior retorno à Diretoria para decisão. Encerrada a
305 discussão, o item foi dado por concluído. **10. Indicação de membro para compor a**
306 **Diretoria pela Presidência.** O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jaime
307 Teixeira Azulay, apresentou o item de pauta referente à indicação de membros para
308 compor a Diretoria da AGEVAP. Em seguida, concedeu a palavra à
309 Diretora-Presidente Interina, Sra. Aline Raquel de Alvarenga, que esclareceu as
310 indicações para os seguintes cargos: a Sra. Marina Mendonça Costa de Assis para o
311 cargo de Assessora da Diretoria Executiva da AGEVAP – Resende, a contar de
312 10/07/2025, considerando o período de licença maternidade da Assessora Lúvia
313 Corrêa Silva, e o Sr. Alex Cardoso Pereira para o cargo de Diretor-Executivo Interino
314 da AGEVAP – Governador Valadares, a contar de 01/07/2025, até a seleção do novo
315 Diretor-Presidente da AGEVAP. A Diretora-Presidente Interina, Sra. Aline Raquel de

316 Alvarenga destacou o excelente trabalho que já vem sendo realizado por ambos os
317 indicados, o que motivou suas respectivas nomeações. Os conselheiros, por sua
318 vez, também ressaltaram a competência e a dedicação dos indicados, aprovando
319 por unanimidade as indicações sem objeções. Dessa forma, após os debates e com
320 a finalidade de manter atualizada a composição da Diretoria, registra-se: **Sra. Aline**
321 **Raquel de Alvarenga**, brasileira, solteira, não convive em união estável, publicitária,
322 portadora da cédula de identidade nº 11559755-1 expedida pelo IFP/RJ, e inscrita no
323 CPF/MF sob o nº 075308367-14, endereço eletrônico: aline@agevap.org.br, filha de
324 Sandra Dolores de Mattos Alvarenga e Haroldo Barbosa de Alvarenga, residente e
325 domiciliada à Rua Angela, nº 107, Vila Moderna, Resende/RJ, CEP: 27.514-020, no
326 cargo de Diretora-Presidente Interina, com início das suas atividades no dia 08 de
327 janeiro de 2025, em regime CLT, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social; **Sra.**
328 **Rejane Monteiro da Silva Pedra**, brasileira, casada, não convive em união estável,
329 administradora, portadora da cédula de identidade nº 11.997.888-0, expedida pelo
330 DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 053.121.767-10, endereço eletrônico:
331 rejane@agevap.org.br, filha de Luiz Fernando de Oliveira Pedra e Ivone Brasil
332 Monteiro da Silva Pedra, residente e domiciliada à Rua Senhor dos Passos, nº 146,
333 vila Moderna, Resende/RJ, CEP: 27.514-090, com início das suas atividades como
334 Diretora Executiva 8 de janeiro de 2025 em regime CLT, nos termos do artigo 32 do
335 Estatuto Social; **Sr. Roberto Roballo Alves**, brasileiro, casado - não convive em
336 união estável, engenheiro civil, portador da cédula de identidade n.º 3966982,
337 expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF sob o n.º 462.763.947-34, endereço
338 eletrônico: roberto.alves@agevap.org.br, filho de Álvaro Alves e Sylvia Roballo
339 Alves, residente e domiciliado à Rua São Brás, nº 370, apto. 706, bloco 01, Todos os
340 Santos, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.770-150, no cargo de Assessor da Presidência,
341 com início das suas atividades no dia 03 de novembro de 2021 até os dias atuais,
342 em regime CLT, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social; **Sra. Marina Mendonça**
343 **Costa de Assis**, brasileira, solteira, Engenheira Ambiental, portadora da cédula de
344 identidade nº MG-15.692.669, expedida pela SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº
345 088.041.226-76, endereço eletrônico:marina.assis@agevap.org.br, filha de Francisco
346 Carlos Alves de Assis e Rosimar Mendonça da Costa de Assis, residente e
347 domiciliada na Rua José Estevan da Mota, nº 155, apto 504, Bloco B, Santa Isabel,
348 Resende/RJ, CEP: 27.522-010, no cargo de Assessora da Diretoria Executiva –
349 Resende, com início das suas atividades no dia 10 de julho de 2025 até os dias
350 atuais, em regime CLT, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social; **Sr. Alex**

351 **Cardoso Pereira**, brasileiro, solteiro - não convive em união estável, engenheiro
352 ambiental e sanitaria, portador da cédula de identidade nº 15540004, expedida
353 pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 099.239.196-25, endereço eletrônico:
354 alex.pereira@agedoce.org.br, filho de Sátiro Pereira Filho e Neuza Pereira Cardoso,
355 residente e domiciliado na Avenida Brasil, nº 3829/301, Centro, Governador
356 Valadares/MG, CEP: 35010-070, no cargo de Diretor Executivo Interino –
357 Governador Valadares, com início das suas atividades no dia 01 de julho de 2025
358 até os dias atuais, em regime CLT, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social; **Sra.**
359 **Rayssa Duarte da Silva**, brasileira, casada - não convive em união estável,
360 controladora, portadora da cédula de identidade nº 216.210, expedida pela OAB/RJ,
361 inscrita no CPF sob o nº 142.972.917-11, endereço eletrônico:
362 rayssa.silva@agevap.org.br, filha de Carlos Brigido Corrêa da Silva e Cosmelita
363 Duarte de Jesus Silva, residente e domiciliada na Rua Júpiter, nº 207, Jardim do Sol,
364 Resende/RJ, CEP: 27.540-430, no cargo de Controladora, com início das atividades
365 no dia 15 de maio de 2024 até os dias atuais, em regime CLT, nos termos do artigo
366 32 do Estatuto Social; **Sra. Daniele Nogueira dos Reis**, brasileira, portadora da
367 cédula de identidade nº MG 11402186, expedida pelo SSP/MG, inscrita no CPF sob
368 o nº 059.466.876-03, endereço eletrônico: danielle.reis@agegrande.org.br, filha de
369 Roberto dos Reis e Maria José Nogueira dos Reis, residente e domiciliada na Rua
370 Jorge Roberto Viviani, 27, Jardim Victoria IV, Poços de Caldas/MG, CEP:
371 37.701-572, no cargo de Gerente de Contrato de Gestão – Poços de Caldas, com
372 início das atividades no dia 07 de maio de 2025, em regime CLT, nos termos do
373 artigo 32 do Estatuto Social. Não havendo mais questionamentos, o assunto foi
374 encerrado. **11. Avanços no desenvolvimento da Associação de Entidade**
375 **Delegatárias.** O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jaime Teixeira
376 Azulay, apresentou o item de pauta e passou a palavra ao Coordenador da
377 Assessoria Jurídica da AGEVAP, Dr. Edson Brasil de Matos Nunes. O Coordenador
378 atualizou os conselheiros sobre os avanços relativos à criação da Associação
379 Nacional de Entidades Delegatárias, informando que já entrou em contato com as
380 cinco maiores entidades delegatárias e esclareceu que já possui a minuta do
381 estatuto social e da ata de constituição da assembleia geral. Durante o debate, o
382 Conselheiro Sr. Nazem Nascimento sugeriu que o lançamento oficial da Associação
383 ocorra durante o ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas,
384 previsto para setembro deste ano, em Vitória/ES, como forma de ampliar a
385 divulgação da entidade por meio de um evento estratégico e de grande visibilidade

386 no setor. A Diretora-Presidente Interina da AGEVAP, Sra. Aline Raquel de Alvarenga,
387 sugeriu a realização de uma reunião entre as entidades delegatárias, ainda que não
388 necessariamente durante o ENCOB, com o objetivo de tratar da criação da
389 Associação e alinhar a realização de uma campanha conjunta visando fortalecer a
390 articulação institucional entre as entidades e consolidar as diretrizes comuns. O
391 Presidente Jaime Teixeira Azulay esclareceu que a proposta é extremamente
392 importante e destacou a relevância da iniciativa e solicitou que o Dr. Edson Brasil de
393 Matos Nunes informe o que for necessário para o avanço do processo, garantindo
394 que todo o apoio da AGEVAP será disponibilizado para viabilizar as próximas etapas
395 e a reunião com as delegatárias. Não havendo mais questionamentos, o assunto foi
396 encerrado e não havendo assuntos gerais e nada mais havendo a tratar, o
397 Presidente do Conselho de Administração agradeceu a presença de todos e
398 encerrou a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da AGEVAP de
399 2025, às 15:24 horas, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Yago Freitas
400 Chaves Lima, secretário ad hoc e depois de aprovada, assinada pelo Presidente do
401 Conselho de Administração, Jaime Teixeira Azulay, que a presidiu.

402

403

404

Resende, 25 de junho de 2025

405

406

407

408

409

410

JAIME TEIXEIRA AZULAY

411

Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP